



IDEIAS
na mesa

04

Revista Ideias na Mesa
ISSN 2318-3543
4ª edição – 2º/2014
www.ideiasnamesa.unb.br

COMER

como ato político

sumário

2 *capa*

*Comer como ato político:
escolha que faz a diferença*

5 *boas práticas*

Experiências pelo Brasil

12 *políticas públicas*

*O consumo político nas
iniciativas públicas*

15 *entrevista*

*Elaine Azevedo
A politização do consumo*

18 *saiba mais*

*Saiba mais sobre
consumo consciente*

apresentação

As etapas do sistema alimentar, que vão desde a semente plantada até o prato servido, estão interligadas e se afetam mutuamente. Neste ciclo, da mesma forma que a produção de alimentos determina o consumo, a escolha do que comemos também determina o que é produzido e a maneira como é produzido. Assim, o aumento da demanda por alimentos da agricultura familiar contribui com o meio ambiente e com a qualidade de vida do consumidor e do agricultor, já que esta forma de produção, além de promover a saúde, contribui para o estabelecimento de relações de trabalho mais justas e para maior distribuição de renda. A ampliação do contato entre quem consome e quem planta é um ponto-chave para a estruturação de sistemas alimentares locais sustentáveis. Também contribui para o desenvolvimento e para a valorização das identidades culturais, que se manifestam por meio da gastronomia e dos hábitos alimentares.

Atenta à discussão, o quarto número da **Revista Ideias na Mesa** dedica-se a esta reflexão e apresenta experiências que mostram como nossas escolhas podem contribuir para ampliar a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis do ponto de vista social, econômico e ambiental. Seja bem-vindo à discussão e boa leitura!

Arnoldo de Campos
Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

editorial

A Rede Ideias na Mesa coloca em pauta mais um tema importante para a agenda de Educação Alimentar e Nutricional no Brasil. Depois de tratar do desperdício de alimentos, da obesidade e da agricultura orgânica e agroecológica, trazemos a escolha consciente ou o consumo político não como iniciativa individual, mas movimento coletivo que pretende interferir nos paradigmas atuais do sistema alimentar. Essa prática, que tem suas raízes no movimento ambientalista, tem contribuído para dar visibilidade a elos do sistema alimentar aparentemente desconexos e ressignificar as escolhas alimentares. Iniciativas de grupos de pessoas, organizações, movimentos e também governamentais, desta natureza, são inúmeras, tanto no Brasil como em nível global.

Cada um de nós, no seu ato de consumo, pode demandar por alimentos que tenham sido produzidos localmente, com uso sustentável de recursos naturais, em que, ao longo de todo o processo, a geração de resíduos e o uso da energia de origem fóssil sejam mínimos, e as relações sociais envolvidas sejam éticas, justas e promovam a equidade. Precisamos saber que não estamos fazendo isso sozinhos, há um movimento global em curso. A quarta edição da **Revista Ideias na Mesa** espera contribuir e fortalecer este processo.

Equipe Ideias na Mesa

COMER COMO ATO POLÍTICO:

*escolha que faz
a diferença*

Comprar alimentos em feiras orgânicas ou agroecológicas, verificando a procedência e conhecendo pessoalmente o produtor, e optar por produtos e empresas que estabeleçam o compromisso com relações justas e sustentáveis no processo produtivo. Estamos falando de uma forma cidadã de comprar, conhecida como consumo político. Individual ou coletivamente, os consumidores brasileiros que fazem essa opção se multiplicam e integram grupos que buscam consumir o que contribui com a saúde e o bem-estar das pessoas e com o meio ambiente.

Essa atitude acompanha uma mudança de comportamento global forçada por transformações ocorridas na conjuntura mundial nas duas últimas décadas. Entre elas, maior conscientização sobre os riscos e impactos causados pelo modo de cultivo baseado, por exemplo, no monocultivo, nos agrotóxicos e no uso de transgênicos. Pode-se dizer que, por trás da ideia de politização do consumo, está a baixa confiança na qualidade da alimentação contemporânea e o pensamento de que cada objeto ou alimento traz uma história que afeta diretamente a saúde, o meio ambiente e a vida das pessoas.

Ana Paula Bortoletto, nutricionista e pesquisadora em alimentos do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), percebe a crescente mudança de atitude do consumidor, embora admita que ainda não existam números oficiais sobre esse movimento. Apenas 34 grupos de consumo responsável e 330 feiras de alimentos orgânicos no país foram catalogadas no mapa de feiras orgânicas produzido pelo órgão.

“Para mim, é visível o aumento da procura por alimentos mais saudáveis e sustentáveis, pelo aumento do número de locais que ofertam esse tipo de produto. Os consumidores estão ficando mais exigentes também em

relação à procedência dos alimentos, valorizando mais produtos locais ou regionais”, afirma a nutricionista.

Embora também reconheça a falta de números precisos, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) calcula que as vendas de produtos orgânicos vêm crescendo em torno de 20% a 30% ao ano, e que a tendência é aumentar.

Pesquisa do Instituto Akatu, entidade dedicada ao consumo consciente, indica que 28% dos consumidores brasileiros já têm hábitos sustentáveis de compras, preferindo, por exemplo, produtos orgânicos, cuja produção está isenta de agrotóxicos. Demonstra também que 75% dos brasileiros praticam atitudes no dia a dia para reduzir o consumo de água e energia elétrica, e 45% planejam as compras com base em informações dos rótulos.

Esse movimento vem sendo acompanhado por profissionais que se dedicam ao estudo sobre o consumo, da produção de alimentos orgânicos e a valorização da agricultura familiar no país, como Fátima Portilho, doutora em Ciências Sociais e professora da Universidade Federal Rural do RJ (UFRRJ).

Segundo Fátima, várias ações cotidianas e o modo de ingestão dos alimentos são de grande importância para que o ato de comer se torne político. Um de seus artigos, assinado com outros pesquisadores, afirma: os anos 90 representaram uma virada histórica na configuração da alimentação como campo político. Com isso, cada garfada passa a articular experiências locais a eventos que ocorrem no cenário global. Por exemplo, quando evitamos consumir alimentos industrializados ricos em açúcar, gorduras saturadas e sódio e que produzem grande quantidade de lixo ou quando optamos por comer um vegetal da época *in natura*, em detrimento de outro processado, estamos incentivando ou apoiando uma causa.

O CONSUMO POLÍTICO VALORIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR

O crescimento do número de cooperativas de consumo de produtos orgânicos e agroecológicos e comércio justo vem reforçando o papel da produção agrícola familiar no país, modo de produção fundamental para aumentar de maneira efetiva a oferta interna de alimentos saudáveis, garantindo a segurança alimentar e nutricional dos brasileiros.

Em artigo assinado com Livia Barbosa, Fátima Portilho qualifica essa ação como um exemplo de aliança e adesão à causa rural pelos consumidores e seus movimentos organizados. Segundo as pesquisadoras, a tendência de valorização de produtos oriundos de processos produtivos considerados “tradicionais e autênticos” tem se refletido no visível aumento da demanda por produtos orgânicos, agroecológicos, artesanais, ou oriundos da agricultura familiar, favorecendo uma preocupação maior com os atores que fazem parte desse cenário.

Em outro texto, publicado na revista *Agriculturas*, da AS-PTA, associação dedicada à agricultura familiar e à agroecologia, sobre as qualidades da agricultura familiar, o especialista em sociologia agrária, Jan Douwe van der Ploeg ressaltava que o ambiente político é extremamente importante para o destino da agricultura familiar. Segundo ele, embora ela possa sobreviver em ambientes adversos, condições favoráveis podem ajudá-la a atingir o seu potencial máximo, sendo fundamentais ações conjuntas do Estado, dos organismos internacionais, de entidades da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Jan Ploeg vê a agricultura familiar como uma forma de vida e nela os integrantes do grupo “têm o controle sobre os principais recursos, investem a maior parte da sua força de trabalho e dela retiram a sua renda e os alimentos que consomem”. Também explica que esse modo de viver é “parte de um fluxo que une passado presente e futuro, contendo uma história e mantendo uma conexão com o entorno e com a cultura local”.

CONSUMIR POLITICAMENTE EM CASA

O grupo de compras é só uma das maneiras de agir politicamente no consumo. Você pode participar ativamente deste movimento em diversos contextos e etapas do sistema alimentar.

Um bom exercício é começar em casa, em pequena escala, cultivando seus próprios temperos e alimentos, valorizando a culinária e a cultura locais ou adquirindo sua comida em lugares que se preocupam com a questão social e ambiental da produção, por exemplo.

A família também pode ficar atenta à quantidade de água e de energia consumida e observar a quantidade de lixo produzido e descartado no ambiente. Evitar o desperdício é praticar o consumo político e cuidar da saúde da população e do planeta.



Coletivo de Consumo Rural
Urbano de Diadema – SP

Com a palavra, o consumidor cidadão

As mudanças provocadas pelo crescimento de adeptos ao consumo como ato político vem favorecendo um encontro muito especial: do consumidor consciente com o produtor ético. Em Diadema, região metropolitana de São Paulo, o mercado de orgânicos era quase inexistente até ser criado o Coletivo de Consumo Rural Urbano de Diadema. Além de fornecer alimentos saudáveis e seguros à comunidade, o grupo promoveu o consumo crítico, responsável, solidário e o comércio justo, tornando produtores e consumidores figuras centrais na ação.

Uma das participantes assíduas da compra coletiva em Diadema, Ana Paula Musatti Braga, diz que há anos procurava uma forma de comprar com regularidade os produtos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. A consciência sobre a importância de alimentos livres de agrotóxicos veio a partir de uma somatória de fatores, principalmente depois que amigos próximos passaram a utilizar uma dieta rigorosa por problemas de saúde. “Junto

com isso, viajando com frequência ao interior de São Paulo, comecei a ver o uso indiscriminado de agrotóxicos, muitas vezes até como instrumento para secar o capim e o mato próximo às plantações e às estradas”, recorda. Definitivo foi ter conhecido, há seis anos, a Escola de Agroecologia e produtores das Agrovilas de Itapeva, o que lhe permitiu testemunhar uma forma de agricultura sustentável do ponto de vista ecológico e, principalmente, social.

Ana Paula considera a distribuição do produto uma questão central para permitir que pequenos produtores e cooperativas possam encontrar um preço competitivo, mas que ao mesmo tempo remunere dignamente o trabalhador do campo. “Colaborar para viabilizar a produção de pequenos produtores assentados, remanescentes de quilombos e da população indígena, cujos frutos são resultado de uma luta política, é o que eu considero a maior “vantagem” da compra desses alimentos. Acredito que essa forma de produção pode servir de exemplo e estímulo para pessoas exclu-

♦ ♦ ♦ ♦ ♦
30
famílias fazem parte
do Coletivo e compram
alimentos direto
do produtor
♦ ♦ ♦ ♦ ♦



*Agricultores familiares já
pensam em ampliar produção*

idas e exploradas, que não conseguem vislumbrar um trabalho justo”, afirma. Ela ainda acrescenta o fato de poder associar tudo isso a uma dieta saudável para a família. “É uma das formas de tentar tornar sustentável e coerente o meu cotidiano”, explica.

Marta Cerruti, que hoje é compradora assídua do Coletivo, conta que sempre se preocupou em ter uma alimentação mais saudável, mas que, muitas vezes, por causa da correria cotidiana, acabava cedendo ao mais rápido e prático. Decidiu radicalizar quando acompanhou a doença de um parente que conseguiu melhorar a condição de saúde a partir da alimentação. “Muitas vezes, o que parece ser fácil e prático se torna muito prejudicial a longo prazo. O uso abusivo de agrotóxicos é realmente um grave problema de saúde pública”, considera.

Entre as vantagens da nova forma de consumir, Marta aponta também o fato de, com essa prática, ajudar a criar uma rede de sustentação ao pequeno produtor, à agricultura familiar e à vida no campo. “Sabemos o quanto isso evita que haja êxodo em direção à cidade. Criar recursos para que o pequeno produtor sobreviva e faça frente ao monopólio do agronegócio é também uma atitude política e cidadã”, considera. Para Marta, saber quem produziu o que ela consome é reconfortante. “Faz que eu seja uma pessoa mais responsável pela minha saúde e dos que me cercam, e menos alienada com relação ao discurso da indústria que tenta determinar o que é saudável ou não”, afirma.

Fátima Christine Silva chegou ao Coletivo Rural quase pelos mesmos motivos que Ana Paula e Marta. Embora tivesse consciência da importância de comer alimentos livres de agrotóxicos, não os comprava, em função do preço, que considerava alto. Depois que o filho nasceu, mudou de atitude, buscou alternativas e acabou por encontrar o Coletivo de Consumo Rural Urbano, que oferece preços atrativos. “Comer alimentos que não prejudicarão minha saúde nem a da minha família é muito importante e me deixa mais segura”, diz.

O COLETIVO DE CONSUMO RURAL DE DIADEMA

Fundado no início de 2014, o Coletivo é integrado por 30 famílias que se organizam para comprar alimentos orgânicos e agroecológicos de pequenos produtores, associações de produtores e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Além de saber de onde vêm os alimentos que estão comprando e de estreitar os laços com o produtor, os consumidores ganham no preço, uma vez que foi eliminada a figura do atravessador. O palmito pupunha *in natura* orgânico, de 500 gramas, por exemplo, é vendido para o coletivo por R\$ 6,00, mas nos supermercados da cidade pode ser encontrado até pelo dobro do preço.

A organização da compra coletiva é feita via internet, ou seja, o produtor envia uma lista de produtos disponíveis para o e-mail do coletivo, que disponibiliza essa lista no blog (sistema de compras) para que façam seus

pedidos. Os alimentos também são expostos no dia da distribuição, para os que não possuem acesso à internet.

As distribuições são feitas a cada 15 dias, nas assembleias da Associação Oeste de Diadema. Esclarecer às famílias da comunidade sobre as vantagens dos alimentos orgânicos e agroecológicos, em relação aos alimentos convencionais, tem sido um desafio vencido a cada feira. Uma das missões do coletivo, explicam seus organizadores, tem sido mostrar que todos podem se alimentar de forma saudável e sustentável por um preço justo.

Com a compra coletiva, os produtores de Diadema vêm percebendo uma nova independência em relação aos supermercados e atravessadores para vender seus produtos, podendo abrir mão da monocultura, do uso de agrotóxicos, de transgênicos e da mecanização da operação. E já percebem a valorização da pequena produção e das suas culturas tradicionais. A estreita relação formada com os moradores da cidade tem favorecido o contato transparente com as famílias e a troca de conhecimentos.



Cestas de alimentos vendidas todas as semanas para o Coleitvo de Diadema

● **No contato com o agricultor, todos saem ganhando**

A agricultora Conceição Gomes Alves, de 46 anos, vive com a família de 11 pessoas no assentamento de Guapiruvu, em Sete Barras, no interior de São Paulo. Eles integram uma das cooperativas que entrega cerca de 50 cestas semanais de produtos para o Coletivo de Consumo Rural Urbano de Diadema. O forte da produção local é a banana e o palmito pupunha, muitos já produzem orgânicos. Com o aumento do número de compradores em grupos de consumo, a ideia é ampliar o cultivo para outras frutas e hortaliças de base agroecológica, modo de produção que vai além do cultivo sem defensivos agrícolas, que se preocupa com o manejo sustentável, valorizando as sementes tradicionais e o cultivo de alimentos em harmonia com a natureza e a cultura local.

Periodicamente, os integrantes do grupo de consumo realizam visitas programadas às terras dos agricultores e, segundo Conceição, isso tem feito muita diferença. “É outra relação, e é uma grande satisfação saber para quem a gente produziu, a gente já cultiva pensando em quem vai comprar. Não é a mesma coisa que deixar um produto pra vender num supermercado. Vemos que, assim, o consumidor também começa a dar mais valor ao produto”, afirma.

**Conheça o blog do Coletivo de
Compras Urbano Rural de Diadema:**
<http://coletivocruabc.blogspot.com.br>



Comércio justo aproxima consumidores e agricultores familiares no Espírito Santo

Foto cedida pelo projeto

Um mercado popular chega para mudar

Os pequenos produtores de São Gabriel da Palha (ES) viveram durante muitos anos da monocultura do café. Por falta de um local para comercializar seus produtos, verduras e frutas que eram plantados apenas para consumo próprio, por vezes, banana, caqui, manga, seriguela, jambo e abacate se perdiam. Depois de quatro anos de intensas negociações com o estado, nasceu, em novembro de 2011, no centro da cidade, o Mercado Popular de Alimentos, considerado uma vitória para o Movimento de Pequenos Agricultores e para os consumidores. Hoje, cerca de 2 mil moradores compram mensalmente no local.

O espaço vem oferecendo à população cerca de 200 tipos de produtos diversificados, cultivados por 250 famílias camponesas de cinco municípios da região. Além de dez tipos de café, cultura abundante na região, os consumidores têm acesso a frutas, verduras, leite, carnes, cereais, entre outros.

A comercialização é feita diretamente do produtor ao consumidor, sem passar por atravessadores. Com isso, vem sendo criada uma relação de parceria entre o homem do campo e o morador da cidade, que conta

com alimentos frescos e sem agrotóxicos, vindos diretamente do campo.

O espaço onde atualmente funciona o mercado foi doado pelo governo do estado à Associação dos Pequenos Agricultores do Estado do Espírito Santo (Apages) e a reforma do local foi garantida com recursos da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag). A compra de equipamentos também foi viabilizada por meio de parceria estabelecida com governo federal, via Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e a construção do prédio contou com a ajuda de várias famílias da base do movimento.

Raul Krause, um dos integrantes do Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil, observa que é fundamental nesse processo que os moradores das cidades que queiram consumir alimentos saudáveis se organizem para isso e participem do processo de apoio ao funcionamento do mercado. “Na conjuntura em que vivemos, em que tudo é obstáculo, só a organização popular das famílias camponesas e dos consumidores consegue sustentar o projeto, porque é grande a pressão dos donos de supermercado”, alerta.



A missão central da rede Ideias na Mesa é promover a valorização da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e para isso utiliza o compartilhamento de experiências como uma de suas principais ferramentas. Desde a criação da rede, 110 experiências foram postadas por seus usuários. Destacamos aqui algumas dessas práticas alinhadas com o tema consumo político e consciente, em discussão nesta edição.



Foto cedida pelo projeto

Ananindeua/Pará

Aproveitamento Integral de alimentos da agricultura familiar

Qual o melhor espaço para unir EAN e produção local e saudável? Pensando nisso, a coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da prefeitura de Ananindeua, no Pará, montou uma barraca na Feira Itinerante Municipal da cidade para ensinar sobre os benefícios do aproveitamento integral dos alimentos. Nos dias de feira, a equipe expõe preparações nutritivas, confeccionadas com gêneros hortifruti doados pela Associação dos Agricultores de Curuçambá, uma das que comercializam seus produtos no espaço.

O objetivo é orientar à população quanto ao desperdício de alimentos e estimular o consumo de partes que geralmente são desprezadas, como talos e cascas, além de informar sobre as propriedades nutricionais dos alimentos, suas funções no organismo, estimulando o consumo de preparações rápidas, nutritivas e de baixo custo. Foram oferecidos a um público de 100 pessoas sucos, geleias e bolos feitos a partir de cascas de frutas, tudo com ótima aceitação. Com o sucesso dessa primeira experiência, a ideia é levar o projeto a todos os bairros da cidade.





São Bernardo do Campo/São Paulo

Oficina dos sentidos

Resgatar a sensação, o cheiro e o sabor dos alimentos, além de valorizar quem os produziu. Esse é o mote da experiência desenvolvida pela Fundação Criança de São Bernardo do Campo, São Paulo com o apoio do Slow Food, movimento internacional voltado para a difusão de hábitos de alimentação conscientes e saudáveis. Foi criada uma prática denominada Oficina dos Sentidos, na qual alunos de diversas idades tiveram os olhos vendados para tentar reconhecer alimentos. Também foi apresentada uma palestra de caráter formativo e exibido um vídeo sobre a história de um personagem chamado “professor da mandioca”, que cuida, colhe e faz a farinha da raiz.



Curitiba/Paraná

Circuito de Alimentação Saudável

Preocupada com o perfil nutricional das crianças, a Secretaria Municipal de Curitiba, no Paraná, criou o projeto Circuito da Alimentação Saudável, uma proposta de **EAN intersetorial**, realizada de forma lúdica e interativa, com o objetivo de levar às crianças atitudes e práticas alimentares mais saudáveis. O Circuito realiza uma abordagem inicial com a apresentação de um vídeo educativo com noções básicas para uma vida mais saudável. A seguir, a criança passa por várias estações. Inicialmente, ela visita a horta, onde aprende como frutas e hortaliças são produzidas, e também noções

de como plantar e cultivar os alimentos; depois, vai ao minimercado, onde encontra réplicas de alimentos e embalagens de produtos alimentares, onde ela simula uma compra e recebe orientações de nutricionistas com relação aos alimentos escolhidos.

Na sequência, a criança assiste a um vídeo sobre a importância da higiene de mãos, assim como dos alimentos, para a prevenção de doenças. Na última estação, as crianças recebem orientação sobre o **aproveitamento integral dos alimentos** e aprendem como preparar receitas mais nutritivas.



Vicentina/Mato Grosso do Sul

EAN para educação infantil

Preocupados em formar hábitos saudáveis de alimentação desde a primeira infância, acadêmicos da Universidade Federal da Grande Dourados desenvolveram um projeto de Educação Alimentar e Nutricional para alunos do Centro de Educação Infantil, que fica no *campus* da universidade.

A primeira interação com as crianças foi realizada com a ajuda de fantoches em formato de hortaliças, para verificar as suas preferências alimentares. Em seguida, as crianças fizeram uma visita à **horta agroecológica** criada pelos acadêmicos, onde puderam identificar as hortaliças que já conheciam. As crianças fizeram a colheita de folhas e temperos para levar pra casa e também receberam uma **muda para cuidar e acompanhar o crescimento**. O teatro de fantoches da Turma das Hortaliças animou a turminha, que demonstrou grande aceitação em relação ao que foi ensinado. Posteriormente, pais e merendeiras observaram melhor aceitação das crianças por hortaliças na alimentação oferecida em casa e na escola.

Coruripe/Alagoas

Concurso de Receitas

Valorizar a cultura alimentar regional e divulgar receitas saudáveis à base de alimentos nutritivos e de qualidade. Esse foi o foco do concurso de receitas direcionado para alunos da rede de ensino de Coruripe, Alagoas. A iniciativa é resultado de uma ação conjunta entre as secretarias municipais de Saúde e Educação do município, com o objetivo de promover um debate criativo sobre a importância da alimentação saudável na prevenção de doenças e na promoção da saúde. O projeto foi realizado durante cinco meses, de 10 de abril a 11 de agosto de 2010. O tema “Promovendo Saúde através de Receitas Saudáveis e Nutritivas” permitiu a criação de um clima de cooperatividade e interesse entre os participantes do concurso, cerca 100 alunos apresentaram receitas fáceis e criativas, que foram testadas. Durante as etapas do concurso foram trabalhadas questões como o alimento visto como fonte de prazer, o resgate dos valores da alimentação e práticas alimentares regionais.



O consumo político nas iniciativas públicas

O CONSUMO PAUTANDO A PRODUÇÃO NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Após 10 anos de história, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) se volta à valorização do eixo consumo. A estratégia é estimular que as entidades que recebem doações de alimentos do PAA demandem alimentos diversificados e ofertem alimentação adequada e saudável às pessoas atendidas pelo Programa. Uma das ferramentas desenvolvidas é o *Manual de Orientação para Oferta de Alimentação Adequada e Saudável*, destinado a essas entidades. O manual tem como objetivo oferecer subsídios para que elas façam pedidos adequados ao público atendido, a partir do diálogo com os agricultores familiares.

MODALIDADE COMPRA INSTITUCIONAL DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Esta modalidade do programa permite que as compras públicas de alimentos, realizadas usualmente pelos governos federal, estadual, distrital e municipal por meio de licitação – que pode privilegiar grandes empresas – agora sejam realizadas mediante chamadas públicas. Por meio dessa modalidade, a Compra Institucional do PAA, os agricultores familiares podem participar de compras públicas de forma justa, ofertando alimentos diversificados e saudáveis para instituições públicas, como hospitais, universidades e prefeituras. Essa é uma grande oportunidade de ampliação dos circuitos locais curtos de produção, abastecimento e consumo, possibilitando a oferta de alimentação adequada e saudável em instituições públicas, aproximando quem produz e quem demanda os alimentos, ou seja, o consumo pautando a produção.

Com a proximidade, o diálogo entre produtores e compradores é favorecido e os órgãos públicos podem demandar alimentos diversos e saudáveis. Assim, é possível tanto melhorar a qualidade da alimentação das pessoas atendidas pelas instituições públicas (universidades, unidades da rede assistencial e de saúde, presídios, quartéis, etc.) como diversificar a produção da agricultura familiar.

Segundo Marcelo Vieira, gestor do PAA em Viçosa(AL), no município, a compra institucional possibilitou maior interlocução e articulação entre os diferentes setores que recebem os alimentos do PAA, além de contribuir com a economia, já que os alimentos são adquiridos dos agricultores familiares locais.

Além de oferecer uma alimentação adequada e saudável às pessoas atendidas pelo PAA, essa estratégia pretende ainda contribuir para a diversificação da produção da agricultura familiar fornecedora do Programa. A variedade da produção contribui tanto para a oferta de alimentação adequada e saudável quanto para a qualidade de vida dos agricultores e equilíbrio do meio ambiente, promovendo a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Outra ação desta estratégia é o curso de autoaprendizagem de 30 horas que abordará de forma prática o conteúdo do manual. O curso será lançado em dezembro, pela rede Ideias na Mesa: www.ideiasnamesa.unb.br.



Três restaurantes do Ministério da Defesa serão abastecidos com alimentos adquiridos por meio da modalidade Compra Institucional

“Hoje o Município de Viçosa compra frutas, verduras, hortaliças e legumes de acordo com a sazonalidade, de baixo custo e de alta qualidade. Somos nós que articulamos os agricultores e disponibilizamos o local de recebimento e distribuição, nós realizamos toda a logística e com isso geramos o desenvolvimento geral e econômico do município, a inclusão produtiva e social e a renda permanece aqui em Viçosa”, afirma o gestor.

Também na esfera federal, órgãos públicos começam a utilizar seu poder de compra para fortalecer

relações mais justas e sustentáveis de produção de alimentos, priorizando a agricultura familiar. Restaurantes universitários, hospitais e ministérios têm iniciado experiências positivas na modalidade Compra Institucional do PAA, como nos exemplos da Universidade Federal do Paraná, Grupo Hospitalar Conceição (GHC) e Ministério da Defesa.

“Ofertar alimentos de qualidade a seus servidores civis e militares sempre foi uma preocupação do Ministério da Defesa, bem como realizar aquisições visando à vantagem administrativa, incluindo assim a economicidade. O processo de aquisição de alimentos pela

modalidade Compra Institucional foi uma experiência muito enriquecedora para o Ministério da Defesa. Diferente das demais modalidades de aquisição, foi possível conversar diretamente com o produtor e expor as necessidades e expectativas quanto ao padrão dos alimentos a serem fornecidos para suprir nossos refeitórios, e ainda verificar *in loco* o objeto antes de adquiri-lo. Resultado desse diálogo próximo foi a qualidade e a variedade dos produtos já entregues e a perspectiva de contribuir para a ampliação da economia da agricultura familiar”(Patrícia Magalhães, primeiro-tenente (RM2-T) – Ministério da Defesa).

Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas

O *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas* tem o objetivo de promover a reflexão e orientação de práticas de EAN que contemplem os diversos setores vinculados ao processo de produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos. Nesse sentido, é um instrumento importante na construção do “comer como ato político” por contribuir com uma perspectiva multidimensional da alimentação, que aborda desde os significados e simbolismos envolvidos no ato de comer até a inter-relação e as formas como cada etapa do sistema alimentar impacta sobre as demais. Na direção de tal construção, destacam-se seus princípios:

- I) sustentabilidade social, ambiental e econômica;
- II) abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade;
- III) valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas.

O Marco orienta, principalmente em seu segundo princípio, que as ações de EAN abranjam temas e estratégias relacionadas a todas as dimensões da alimentação, de maneira a contribuir para que indivíduos e grupos façam escolhas conscientes que possam interferir positivamente nas etapas anteriores do sistema alimentar.

CAMPANHA BRASIL ORGÂNICO E SUSTENTÁVEL

A Campanha Brasil Orgânico e Sustentável é uma campanha de Consumo Consciente criada para promover o consumo de alimentos saudáveis e adequados, envolvendo os alimentos orgânicos e da agricultura familiar. Entre suas ações, em 2014, foram distribuídos kits de lanches aos voluntários da Copa do Mundo, do Programa Brasil Voluntário, bem como realizadas palestras sobre a importância de uma alimentação saudável. Os alimentos que formavam o kit foram adquiridos por meio de dez cooperativas da agricultura familiar, que ofereceram sucos integrais, barras de cereais, biscoitos, mel, frutas.

Outra ação da campanha durante a Copa do Mundo foi a montagem de dez quiosques que possibilitaram a



Voluntária de Brasília recebendo seus kits-lanche no Ponto dos Voluntários, durante a Copa do Mundo

venda de produtos originários de 60 cooperativas ou agroindústrias familiares de 15 estados brasileiros, beneficiando 17.000 famílias no total. Além de beneficiar essas famílias de agricultores familiares, a iniciativa aproveitou o evento para chamar a atenção de turistas e da população local sobre a importância da alimentação saudável, a importância da agricultura familiar e a riqueza e diversidade dos alimentos produzidos nos quatro cantos do Brasil. Os quiosques proporcionaram também o intercâmbio de experiências de cooperativas/agroindústrias, que puderam demonstrar seus produtos fora da sua região de origem, como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, que levou seus produtos para Porto Alegre, e a Coopernatural, que levou seus produtos para Salvador.



Comercialização realizada no Quiosque de São Paulo durante a Copa do Mundo

PROTEGER A PRODUÇÃO ARTESANAL PARA PRESERVAR A CULTURA ALIMENTAR: O CONSUMO PAUTANDO NORMAS SANITÁRIAS

Outra iniciativa no sentido de fortalecer o eixo de produção de alimentos por meio do consumo foi a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nº 49 de 2013, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que dispõe sobre a “regularização sanitária do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário”.

Essa é a primeira vez que a Anvisa estabelece uma normativa voltada especificamente para este público, visando a incentivar sua formalização. A resolução simplifica e padroniza procedimentos e requisitos para regularização sanitária, reconhecendo a necessidade de proteger “a produção artesanal a fim de preservar

Segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira

Em 5 de novembro de 2014, o Ministério da Saúde lançou a segunda edição do *Guia Alimentar para a População Brasileira*. O guia é um documento oficial que aborda os princípios e as recomendações de uma alimentação adequada e saudável para a população brasileira, por isso é também um instrumento de apoio às ações de Educação Alimentar e Nutricional. As recomendações do guia têm o objetivo de contribuir para a promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, valorizando o sistema de produção orgânica e de base agroecológica e a agricultura familiar. Além disso, considera os padrões tradicionais de alimentação, transmitidos ao longo de gerações, como uma fonte valiosa de conhecimento para elaboração das recomendações que contribuem com o reconhecimento, com o respeito e com a preservação da identidade e da cultura alimentar da população brasileira. Acesse em <http://ideiasnamesa.unb.br/index.php?r=bibliotecaldeias/view&id=264>.

costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais na perspectiva do multiculturalismo dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares”.

Segundo a Assessoria de Articulação e Relações Institucionais, a Resolução é parte de um projeto que busca “um modelo de desenvolvimento que por um lado fortaleça padrões de equidade social e sustentabilidade ambiental no âmbito da produção e processamento de alimentos, fortalecendo a agricultura familiar como eixo central. E que, por outro lado, favoreça padrões de consumo de alimentos saudáveis, diversificados e enraizados culturalmente, se contrapondo às tendências dominantes no padrão agroindustrial atual, que pressiona no sentido de uma concentração, padronização e homogeneização cada vez maior dos alimentos”.



Foto: arquivo pessoal

Elaine Azevedo

A politização do consumo

Neste número da *Revista Ideias na Mesa*, conversamos com a nutricionista Elaine Azevedo sobre o conceito de consumo político e suas repercussões na vida das pessoas. Elaine é pesquisadora do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo e autora do livro *Alimentos Orgânicos: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social*, da editora Senac. Para ela, fazer política deve fazer parte do cotidiano. “Todas as nossas ações podem ter um cunho socioambiental e político. Na hora em que você consome, na hora em que você escolhe uma escola para o seu filho, na hora em que você considera as repercussões sociais, ambientais e políticas do ato alimentar e apoia alimentos de

agriculturas sustentáveis, por exemplo, isso é fazer a política-vida”. Elaine aponta vários fatores que vêm contribuindo para a politização do consumo, entre eles, os movimentos de politização da saúde, a educação e os inúmeros alertas ambientais: “Com certeza, o aumento dos riscos socioambientais está promovendo a mudança de atitude das pessoas. Estamos mudando por causa das repercussões de um sistema que está falindo; as cidades estão insustentáveis, mas também existe uma mudança de consciência e existe o ativismo alimentar. O perfil de alguns indivíduos que compram o alimento familiar orgânico é o de um consumidor que se preocupa com a história por trás da comida, com sua saúde e com práticas sustentáveis.”

Ideias na Mesa: Como as pessoas podem colocar em prática o conceito de comer como um ato político?

Elaine Azevedo: Dá para colocar em todas as instâncias da vida. Mas, na alimentação, é comprando do agricultor familiar agroecológico e optando por alimentos locais e orgânicos, pois assim você estará apoiando e incentivando práticas verdadeiramente saudáveis! Comer localmente é um ato político quando você pensa no gasto energético despendido na produção dos alimentos, no resgate das tradições alimentares regionais e no apoio ao agricultor que está perto de você que recebe retorno financeiro para investir no local... Do mesmo modo, quando você compra alimento de uma multinacional ou um alimento que degrada o meio ambiente e ignora o processo familiar de produção, você está fazendo uma escolha política também. E isso tem de estar muito claro: quem você está apoiando. A gente precisa se conscientizar desse potencial do consumidor.

IM: No seu livro, você afirma que a produção e o consumo de alimentos orgânicos trazem resultados que ultrapassam a dimensão da saúde. De que maneira?

EA: A partir de uma premissa da saúde coletiva, eu considero que a saúde faz parte de um contexto socioambiental. Os reflexos do consumo de orgânicos, em âmbito micro, individual, podem ser observados na ingestão de alimentos que apresentam valores nutricionais equilibrados, ausência de toxicidades, maior durabilidade e características sensoriais originais. Mas existem reflexos também na saúde social e ambiental, que significa manter os indivíduos e o meio ambiente saudáveis. Alimento saudável deve ser saudável para quem ingere, para quem planta e para o planeta.

IM: E como o consumo político afeta a saúde social e ambiental?

EA: À medida que o produtor permanece com dignidade no campo, tendemos a reduzir o risco da superpopula-

ção nas cidades e o desemprego. E com isso, temos uma sociedade mais equilibrada, menos estresse, menos vulnerabilidade social... O outro aspecto é o ambiental, porque não dá para ter comportamentos saudáveis e respirar um ar poluído, beber águas contaminadas, ter solos erosivos, viver sem florestas... Esse é o contexto da saúde ambiental. Então, na verdade, tudo isso é saúde! E se as pessoas não ampliarem esse conceito, se só pensarem em uma perspectiva micro, teremos todas as repercussões que já estamos vendo na saúde, no ambiente, nas relações sociais... Não funciona! Especialmente porque, nessa perspectiva micro, a gente

acaba se voltando para uma questão apenas quantitativa da alimentação: restringe isso, tira aquilo, troca esse alimento... Por isso o livro fala em saúde humana, social e ambiental. Porque o contexto de saúde que se tem dentro da área de saúde (medicina, nutrição, farmácia) é muito reducionista.

IM: Quais os desafios que as pessoas podem enfrentar ao optar pelo consumo político?

EA: Quando você passa a comer alimentos familiares orgânicos, por exemplo, você tem de se mobilizar mais. Você não consegue ir a um supermercado e comprar tudo. Você vai ter de comprar o alimento numa feira, pegar o leite com um produtor que mora perto, adquirir o alimento integral

em um empório, mas tudo é questão de prioridade. Quando você prioriza sua saúde, esses movimentos se encaixam no seu ritmo de vida. Quando você tem uma ajudante em casa, passa a enfatizar o preparo de uma comida mais saudável, um pão integral, sucos frescos, em vez da limpeza. Outro ponto é que às vezes você vai ter de ser aquele promotor de ações políticas: vai à prefeitura e pergunta onde tem agricultor familiar perto, onde reciclar seu lixo, vai a uma feira convencional procurar agricultores familiares, vai ao condomínio ou dentro do seu local de trabalho sugerir grupos de compras coletivas de alimentos orgânicos, promove hortas urbanas.

◆ ◆ ◆ ◆ ◆
“Comer localmente é um ato político à medida que você pensa no gasto energético despendido na produção dos alimentos, no resgate das tradições alimentares regionais e no apoio ao agricultor que está perto de você”
◆ ◆ ◆ ◆ ◆

IM: A questão do preço desses produtos também é um desafio, porque, em geral, eles são mais caros do que os produtos feitos em larga escala. Como lidar com isso?

EA: Sim, mas são mais caros porque a demanda ainda é baixa. Se a demanda aumenta, o produto tende a baratear. O consumo passa a ser uma estratégia de viabilização para que mais pessoas tenham acesso. Consumir mais orgânicos significa dar garantia ao produtor de que o que ele vai produzir vai ser comprado. Isso possibilita o aumento da produção. Os representantes comunitários e políticos também começam a perceber o que você quer e passam a incentivar mudanças nas políticas públicas, começam a questionar se o transgênico e o agronegócio precisam ser tão desigualmente fortalecidos. Na realidade brasileira repleta de iniquidades sociais parece arrogante e socialmente questionável você dizer que todo mundo tem de comprar alimentos orgânicos; não vai ser assim, mas a gente sabe que uma classe que tem melhor poder aquisitivo pode mudar a realidade da outra. E um alimento melhor merece custar mais, como todo produto superior. E eu sempre pergunto: qual o real valor de um alimento barato que destrói a natureza, exclui o agricultor familiar e promove doenças? O que não se gasta na feira vai para a farmácia e para hospitais...

IM: Mas como conseguir conscientizar o consumidor do seu papel nesse contexto?

EA: Mudanças políticas, exigem primeiramente mudanças internas. Mudar primeiro para mudar o mundo. Isso é muito mais desafiante do que mudar a política pública ou mudar a indústria. É preciso desafiar as pessoas a sair da zona de conforto, mudar paradigmas. Os movimentos orgânicos, os movimentos de compras sustentáveis, do comércio justo e responsável, dentre outros que fomentam práticas conscientes, devem trabalhar com uma premissa de sensibilização, proporcionando o autoconhecimento e a valorização da natureza, para que as pessoas possam perceber o que estão perdendo e o que podem ganhar ao fazer escolhas melhores.

◆ ◆ ◆ ◆ ◆
“Mudar primeiro para mudar o mundo. Isso é muito mais desafiante do que mudar a política pública ou mudar a indústria. É preciso desafiar as pessoas a sair da zona de conforto, mudar paradigmas.”
◆ ◆ ◆ ◆ ◆

IM: E você acha que esse caminhar para a sensibilização pode vir por meio de um trabalho de educação? Como os profissionais podem ajudar nesse processo?

EA: Sim. O trabalho começa nas escolas com educação alimentar para todos os alunos desde a educação infantil. Ensinar a comer bem e a optar por alimentos orgânicos. Nas universidades, ampliando o conceito e a percepção dos estudantes (futuros profissionais) sobre saúde. Você não pode querer que as pessoas transmitam saúde se elas estão vivenciando doença. O contexto das universidades saudáveis, que é uma discussão da promoção da saúde, sugere tornar mais saudável o ambiente acadêmico para que os jovens estudantes experienciem o que é mudar seus hábitos alimentares e seu estilo de vida para poder multiplicar essa experiência. Vivenciar a salutogênese em vez da patogênese.

IM: E, para finalizar, como você avalia a coexistência da produção orgânica e da produção hegemônica, baseada no agronegócio e na utilização de agrotóxicos?

EA: O fato de se ter opções e dicotomias é extremamente importante, porque é no antagonismo que se desperta o senso crítico. Sem opções, sem a possibilidade de escolha, a gente só tem um padrão, um caminho a seguir. Então, ter a agricultura orgânica, a agricultura familiar, a agricultura

convencional, o agronegócio, ter ou não transgênico, ter controvérsias em xequé é extremamente mobilizador para a sociedade. Estamos num momento frutífero. De muitas dúvidas, incertezas, mas porque há mais possibilidades, e isso é fruto da reflexividade contemporânea. Cabe agora ao consumidor assumir a importância de adotar hábitos de vida mais conscientes e assumir o controle social cobrando do Estado e do sistema agroalimentar a produção e a oferta de alimentos mais saudáveis.

Para conhecer sobre consumo político

O QUE ACESSAR

> **Instituto Akatu:** organização não governamental sem fins lucrativos que trabalha pela conscientização e mobilização da sociedade para o consumo consciente.
www.akatu.org.br

> **Blog do Coletivo de Consumo Rural Urbano:** página do movimento criado com o objetivo de promover o abastecimento e o consumo de alimentos livres de agrotóxicos, de forma a respeitar e valorizar o produtor e as múltiplas características culturais que promovam o comércio justo, conservem as comunidades e culturas tradicionais, o meio ambiente e a saúde do ser humano.
www.coletivocruabc.blogspot.com.br

PARA COLOCAR EM PRÁTICA

Missões Ideias na Mesa
<https://missiorama.com/missions>

> **Plante sua Comida!:** Produza em casa seu próprio alimento. Comece a fazer uma mini-horta em sua casa ou apartamento.

> **Tá na época! Tá na mesa!:** Que tal comer uma fruta ou verdura da estação? Alimentos da época são mais nutritivos, saborosos, sustentáveis e mais acessíveis, tanto física como financeiramente.

> **Conheça seu agricultor:** Visite feiras, fazendas e cooperativas para conhecer melhor quem planta e colhe seu alimento do dia a dia!

O QUE ASSISTIR

> **Video Slow Food:** movimento internacional voltado para a difusão de hábitos de alimentação conscientes e saudáveis.
www.youtube.com/watch?v=ccUE3eurGC0#t=25

> **8º Hangout Ideias na Mesa 2013 – Comer e cozinhar como atos políticos:** bate-papo online promovido pela Rede Ideias na Mesa sobre como o comer e o cozinhar podem ser considerados atos políticos e a importância da compreensão da alimentação como prática social.
www.youtube.com/watch?v=ep93hqcrteU

> **Organic Rising:** filme sobre o aumento da conscientização das populações sobre a necessidade de disponibilizar alimentos orgânicos.
vimeo.com/87896825

O QUE LER

> **Agricultura: cadernos para debate – Dez qualidades da agricultura familiar por Jan Douwvander Ploeg**
 Os textos publicados oferecem análise e pontos de vista críticos sobre as atuais tendências do desenvolvimento rural, situando a agricultura familiar e a agroecologia no contexto das lutas contemporâneas por sustentabilidade ambiental e equidade social.
 Disponível em: http://issuu.com/aspta/docs/agriculturas_caderno_debate_n01_bai

Alimentos orgânicos: ampliando conceitos de saúde humana, ambiental e social
 De autoria da nutricionista Elaine Azevedo, um dos mais completos livros sobre o tema, explica as questões que envolvem uma alimentação saudável.
 Editora Senac São Paulo, 388 páginas, R\$ 59.

A Revista **Ideias na Mesa** é uma publicação periódica resultado da parceria entre o Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília (Opsan/UnB) e a Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (CGEAN/SESAN/MDS). Sua distribuição é gratuita.

◆ Conselho editorial
 ◆ Elisabetta Recine e Luisete Bandeira
 ◆ Redação e edição
 ◆ Conchita Rocha (Reg.DRT 4609/87)
 ◆ Assistência editorial e pesquisa
 ◆ Luiza Torquato, Maína Pereira
 ◆ e Nayara Côrtes Rocha
 ◆ Revisão
 ◆ Joíra Furquim

◆ Estagiários
 ◆ Ana Maria Maya
 ◆ Lucas Ferreira
 ◆ Projeto gráfico, diagramação e fotografia
 ◆ Estúdio Marujo
 ◆ Contatos
 ◆ Rede Virtual: www.idealnamesa.unb.br
 ◆ E-mail: idealnamesa@unb.br



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

